



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 608, DE 2020**

**(Da Sra. Rejane Dias)**

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a suspensão do fornecimento de energia elétrica, por inadimplemento da fatura, a unidade consumidora onde resida portador de doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-1058/2007.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 17-A:

“Art. 17-A. É vedada a suspensão do fornecimento de energia elétrica, por inadimplemento da fatura, de pessoas de baixa renda, onde **resida portador de doença ou patologia** cujo tratamento ou **procedimento médico requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos, desde que fornecidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS** e que para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.

Parágrafo único. A vedação de que trata o caput, será para unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza, ou estejam enquadradas nos programas de tarifas sociais das empresas ou das concessionárias de energia elétrica.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Acreditamos que aquelas unidades consumidoras de energia elétrica em que residem pessoas que apresentam enfermidades que exigem o suporte de aparelhos que utilizam energia elétrica devem ter um tratamento diferenciado em relação aos demais consumidores no que tange à suspensão do fornecimento devido à inadimplência no pagamento das faturas relativas à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

Entretanto, verificamos que a legislação federal que disciplina os serviços de energia elétrica não contém dispositivo proibindo as distribuidoras de energia elétrica a efetuarem o corte de energia elétrica nas unidades consumidoras habitadas por pessoas na situação de vulnerabilidade mencionada.

Os consumidores são então obrigados a recorrer ao Poder Judiciário para impedir que as concessionárias adotem medida drástica que coloque em risco a saúde de seus moradores. Como resultado, nossos tribunais consagraram jurisprudência no sentido da impossibilidade de suspensão do fornecimento de energia elétrica em razão do não pagamento das faturas relativas à prestação do serviço, quando houver riscos à saúde de algum residente.

Como exemplo, cabe citar voto do Ministro Herman Benjamin, membro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), proferido em 2017, no âmbito do Recurso Especial nº 1.245.812 - RS (2011/0046846-8). Segundo o eminente magistrado, desde que se observem determinados requisitos, o STJ considera legítima a interrupção de fornecimento de energia elétrica em virtude de inadimplência do usuário. Todavia, o Ministro ponderou que, para que o corte de energia elétrica por motivo de inadimplência seja considerado legítimo, uma das exigências da jurisprudência daquele Tribunal é que a medida não acarrete lesão irreversível à integridade física do usuário. Entendeu que, caso a interrupção da prestação causasse tais prejuízos, ocorreria uma inversão da ordem constitucional,

conferindo-se maior proteção ao direito de crédito da concessionária que aos direitos fundamentais à saúde e à integridade física do consumidor.

Resta claro, portanto, que a legislação brasileira precisa ser prontamente aperfeiçoada, de modo a coibir a desumana prática do corte de energia elétrica nas residências onde residem pessoas que dependem de aparelhos elétricos para tratamento de saúde, evitando que a população necessite buscar proteção da Justiça para garantir a fruição de direitos básicos.

Assim, solicitamos o apoio dos nobres colegas parlamentares para a aprovação deste projeto de lei que objetiva vedar a suspensão do fornecimento de energia elétrica, por inadimplemento da fatura, a unidade consumidora onde resida portador de doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.

Sala das Sessões, em        de        de 2020.

Deputada REJANE DIAS

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996**

Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

**CAPÍTULO III**

**DO REGIME ECONÔMICO E FINANCEIRO DAS CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA**

.....

Art. 17. A suspensão, por falta de pagamento, do fornecimento de energia elétrica a consumidor que preste serviço público ou essencial à população e cuja atividade sofra prejuízo será comunicada com antecedência de quinze dias ao Poder Público local ou ao Poder Executivo Estadual.

§ 1º O Poder Público que receber a comunicação adotará as providências administrativas para preservar a população dos efeitos da suspensão do fornecimento de

energia elétrica, inclusive dando publicidade à contingência, sem prejuízo das ações de responsabilização pela falta de pagamento que motivou a medida. (Parágrafo único transformado em § 1º e com nova redação dada pela Lei nº 10.438, de 26/4/2002)

§ 2º Sem prejuízo do disposto nos contratos em vigor, o atraso do pagamento de faturas de compra de energia elétrica e das contas mensais de seu fornecimento aos consumidores, do uso da rede básica e das instalações de conexão, bem como do recolhimento mensal dos encargos relativos às quotas da Reserva Global de Reversão - RGR, à compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, ao uso de bem público, ao rateio da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA e à Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica, implicará a incidência de juros de mora de um por cento ao mês e multa de até cinco por cento, a ser fixada pela ANEEL, respeitado o limite máximo admitido pela legislação em vigor. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 10.438, de 26/4/2002 e com nova redação dada pela Lei nº 10.762, de 11/11/2003)

Art. 18. A ANEEL somente aceitará como bens reversíveis da concessionária ou permissionária do serviço público de energia elétrica aqueles utilizados, exclusiva e permanentemente, para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

.....  
.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------